

ATA DA 27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS DO CEARÁ – CONERH

Aos 05 dias do mês de setembro de 2002, foi realizada no Auditório da Secretaria dos Recursos Hídricos – SRH, situada no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora – edifício da SEDUC – Cambéa em Fortaleza – Ce, a 27ª Reunião Extraordinária do Conselho de Recursos Hídricos do Ceará – CONERH, após a verificação da quantidade de conselheiros presentes, constatou-se que havia quorum suficiente, o Presidente do Conselho de Recursos Hídricos do Ceará – CONERH – deu início à 27ª Reunião Extraordinária do CONERH, colocando em discussão em regime de votação a ata da reunião anterior, não havendo nenhuma discussão, sendo a mesma aprovada por unanimidade. Em seguida, foi feita a leitura do expediente 4.1- Apresentação do Estudo de Tarifa de Água Bruta. Antes de passar a palavra para o convidado que iria fazer a explanação do assunto em pauta, o Presidente fez um breve informe e comentário onde informou que apesar de ter sido um consórcio com uma empresa de Israel que ganhou o contrato para fazer o estudo da tarifa de água bruta, nós tivemos o cuidado de permear a visão de pessoas da maior experiência local e internacional, como do Dr. Lery Simpson, engenheiro que coordenou vários projetos nesta área junto ao Banco Mundial, bem como, outros profissionais experientes na área de recursos hídricos e gestão de água com pós graduação na universidade do Colorado, que é o caso do Dr. Vicente de Paula Pereira Viera que exerceu varias funções junto ao DNOCS, para coordenar esse grupo, onde teve a contribuição de outras pessoas como Dr. José Carlos de Araújo do Centro de Tecnologia e o Dr. Valdeci, economista do Centro de Ciências Agrárias da UFC com larga experiência em análise de projetos para o Banco Mundial. Afirmou ainda que o estudo de tarifa representa a realidade cearense ,optou como por ser o Ceará um estado pobre com muitas dificuldades e de um povo que, culturalmente, vê a água somente como um bem da natureza não se atendo aos custos financeiros de investimentos públicos elevados para manter os grandes reservatórios como o Orós e o Castanhão e tantos outros com suas

transposições. Por isso houve o cuidado de se fazer o estudo de tarifa baseado na realidade do Ceará, onde podemos estabelecer um projeto de disciplina de uso da água o qual vem garantir a todas às pessoas que não podem pagar a tarifa e cobrá-las de quem realmente pode pagar. Ressaltou que se não houvesse esse processo de disciplinamento, a água ficaria nas mãos dos que podem pagar e de quem tem poder político. Encerrou chamando a atenção dos conselheiros para assistirem a palestra que tem como objetivos enriquecer essa discussão preliminar e, ao final, após discussões nas bacias hidrográficas decidirem pela aprovação de um projeto de tarifa com certas diferenciações de valores a ser aplicado em todo o estado do Ceará. Neste momento o Sr. Wilson Lacerda, presidente do Comitê da Sub-bacia do Rio Salgado, pediu licença ao Sr. Presidente do Conselho para ler um documento elaborado por representantes dos comitês de bacias, no qual pedia informação a respeito da elaboração de um projeto de uma nova lei de recursos hídricos, que foi encaminhada para a Assembléia Legislativa, e solicita a sua retirada imediata para que fosse antes discutida nos comitês de bacia. Respondendo, o Secretário informou que não era uma nova lei, uma vez que a lei de recursos hídricos já existe, sendo na realidade a adequação de artigos as leis federais 9.433 de 97, que criou a Política Nacional de Recursos Hídricos e a 9.984 de 2000, que criou Ana Nacional de Águas - ANA, e que trouxe uns avanços na questão da outorga, criando outorgas preventiva e reserva de disponibilidades hídricas para o setor elétrico entre outros. Propõe melhorias no Sistema de Gerenciamento dos Recursos Hídricos – SIGERH, assegurando a participação de representante dos comitês no CONERH e o enquadramento de outros assuntos jurídicos à Lei Nacional. Lembrou que já tinham ocorrido discussões durante um ano de trabalho com vários segmentos da sociedade envolvidos com recursos hídricos e a participação de representantes dos comitês de bacia. Ressaltou que a Assembléia Legislativa é o local ideal para discussão e orientou-lhe a pedir uma audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça ou na Comissão de Recursos Hídricos, na qual pudesse influenciar os deputados na defesa dos seus pontos de vista, representando a opinião dos comitês de bacia. Em seguida,

solicitou ao Secretário Geral do CONERH o envio da minuta do projeto de reforma da lei para todos os comitês ,onde deve ser debatida, e em seguida, seja marcada uma reunião em data a ser combinada e sugeriu o auditório da SRH como local para que se realize um amplo estudo das propostas discutidas pelos comitês a serem integradas ao projeto original remetido à Assembléia. Encerrado este assunto, a palavra foi passado para o Dr. Henrique Sérgio Rolim, técnico da COGERH, que iniciou a apresentação sobre o estudo da tarifa chamando a atenção para o objetivo central desse estudo, que é estabelecer uma tarifa de água para diversos usos, em função da bacia e da fonte de captação. Foi distribuído a todos os conselheiros um documento contendo dados já estudados mostrando os parâmetros usados para definir os percentuais de tarifa por categoria de irrigantes. Prosseguindo, exemplificou que esse estudo foi realizado nas bacias do Jaguaribe, Banabuiú, Curú e Metropolitanas, ressaltou que os instrumentos usados foram os cadastros dos usuários que permitiam a análise da capacidade de pagamento, e as planilhas de custos fixos e variáveis das despesas da COGERH, assim como as despesas relacionadas com a manutenção de infra-estrutura hidráulica e atividades destinadas aos comitês de bacia. Por se tratar da primeira discussão, houve, por parte de alguns conselheiros, questionamentos relacionados com a capacidade de pagamento da tarifa a ser estipulada, bem como as formas legais para sua cobrança. O palestrante finalizou esclarecendo os questionamentos feitos e acrescentou que outras discussões serão realizadas para definir o valor da tarifa da água que fosse acessível a todos os usuários. Dando continuidade, passamos para o item 4.2 - Apresentação do Relatório de Situação de Recursos Hídricos no estado do Ceará, o Dr. Zaranza, representante da COGERH, fez chegar à todos os conselheiros e convidados um relatório contendo todas as simulações dos 118 açudes monitorados pela COGERH, onde foi possível explicar através de gráficos, o volume de água acumulada nesses reservatórios, no qual ressaltou que em todas as bacias tivemos recargas satisfatórias, principalmente nas bacias Metropolitana e Curu, sendo que nesta última, houve um trabalho importante do comitê de bacia nas discussões para liberações de água de forma que assegurasse todos os

usos. Na bacia do Banabuiú, apesar de essa ser uma bacia complicada, na qual tivemos inclusive uma crise no ano passado, na atual situação, obtivemos um aporte de água significativo e estando hoje com 31% da sua capacidade. Também houve uma melhora dos açudes Fogareiro, Quixeramobim e o Patú, assim a única bacia que ficou abaixo do previsto foi a do Alto Jaguaribe. Já no Vale perenizado do Jaguaribe, tivemos problemas no ano passado, mas com a aplicação e o sucesso daquele nosso plano feito com o apoio da ANA, foi possível sairmos da crise. Ocorreu uma significativa redução no plantio do arroz, em contrapartida, aumentou o plantio nas áreas de fruticultura, havendo também uma grande expansão na carnicultura. Hoje, no Orós a situação é pior que no ano passado, estamos trabalhando com simulação de 5m³/s a 6m³/s para atender o projeto Icó Lima Campos e os usos até a barragem do Castanhão. Ressaltou a importância do Castanhão, que muito contribuiu para atender toda demanda do Vale do Jaguaribe que concentra boa parte da irrigação. Tivemos alguns casos isolados: em Tauá o açude tem condição de atender todo o abastecimento humano complementando com água de vinte poços do aluvião, no caso de Independência, temos dois açudes, o Cupim e o Barra Velha, que estão praticamente secos, mas poderemos garantir boa parte do abastecimento humano com poços já perfurados desde o ano passado. Em Antonina do Norte, será abastecido pelo açude Canoas. Encerrando, o palestrante concluiu que comparando com os anos de 97, 98, 99, onde tivemos trinta e oito sedes municipais na iminência de termos colapso total, na situação atual apenas seis estão comprometidos. Prosseguindo, o Secretário Executivo sugeriu a retirada de pauta do item 4.3 - Criação do CBH- Metropolitana, uma vez que não foram fornecidos em tempo hábil os documentos necessários, estabelecidos no decreto de criação do comitê de bacia, conseqüentemente, a criação do Comitê da Bacia Metropolitana somente se dará na próxima reunião do CONERH, sua sugestão foi acatada por todos. Passando para o último item, que é a Aprovação pelo Conselho dos Regimentos dos CBHs: Banabuiú, Médio Jaguaribe, Baixo Jaguaribe e Curú, não havendo nenhuma manifestação contrária por parte dos conselheiros, os regimentos foram aprovados. A palavra foi facultada

à Dra. Lúcia de Fátima Araújo, representante da ABES, que apresentou uma proposta de criação pelo conselho, via resolução, de uma câmara técnica formada por representantes das universidades, SEMACE , CAGECE, SAAE, COGERH e outros, para fazer um estudo relacionado com a outorga para lançamentos de efluentes. A proposta foi endossada pelo Dr. Martins, Secretário Executivo do CONERH, que sugeriu a participação da indústria nessa comissão, onde se possa desempenhar um papel de intercâmbio com outros Estados do Nordeste com situação semelhante, contando com a ajuda da Agência Nacional de Água. Mais uma vez, a representante da ABES sugeriu que se as instituições que fazem parte do CONERH, se assim desejasse participar, auxiliando nesse trabalho, dando os passos iniciais no controle ambiental dos nossos recursos hídricos. A proposta foi aprovada , ficando à Secretaria Executiva os preparativos para a sua instalação. O Secretário Executivo em nome do Presidente, encerrou a reunião, agradecendo a participação de todos os conselheiros, palestrantes e demais convidados. Eu Antonio Martins da Costa, Secretário Executivo do CONERH, lavrei a presente ATA que depois de lida e achada conforme vai assinada por todos. Fortaleza, 01 de outubro de 2002.

HYPÉRIDES PEREIRA DE MACEDO

Ramon Flávio Gomes Rodrigues

MARIA LÚCIA DE CASTRO TEIXEIRA

Anastácio Jorge Matos de Sousa Marinho

JOAQUIM MANOEL DE ARRUDA

André Leitão Mavignier

WELLINGTON MONTEIRO FEIJÓ

Tereza Angélica Pinheiro Maia

VICENTE DE PAULA BARBOSA P. VIEIRA

Nilson Bezerra Campos

PAULO RUBENS FONTENELE

Maria Izelda Rocha Almeida

ERNESTO DA SILVA PITOMBEIRA

Marco Aurélio Holanda de Castro

TEREZA MÔNICA E. DE CARVALHO

Antônio Harildes Oliveira Martins

RAIMUNDO WEBER DE ARAÚJO

Francisco Júnior Lopes Tavares

JOÃO MARCOS MAIA

Francisco Bergson Parente Fernandes

LÚCIA DE FÁTIMA PEREIRA ARAÚJO

Raimundo Bemvindo Gomes

TOMAZ ANTÔNIO BRANDÃO

Pedro Augusto Timbó

ACÚRCIO ALENCAR ARAÚJO FILHO

Francisco Alves de Souza

ANTÔNIO MARTINS DA COSTA

Vânia Maria Simões R. Teixeira

GERMANA DE MATTOS BRITO GÓES GIGLIO

José Bomfim Frota Silveira
